



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

### RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO 2021

#### “Promoção de políticas de gênero no âmbito do TRE-PI –

#### Igualdade e equidade entre homens e mulheres”

#### Meta 9 do Poder Judiciário – Integrar a Agenda 2030 do Poder Judiciário

#### ODS 5 (Igualdade de Gênero)

“O Desenvolvimento humano centra-se na riqueza das vidas humanas e não na riqueza das Economias.”  
( Amartya Sen in Desenvolvimento como liberdade)

O TRE-PI, no âmbito de sua atuação, objetivando a efetivação do direito fundamental de *"igualdade de direitos entre homens e mulheres"*, estabelecido no artigo 5º, I da Constituição Federal de 1988, tem buscado executar políticas de valorização e incentivo do trabalho feminino, tomando por premissa a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores e benéficos no desenvolvimento sustentável pela participação na política, na economia e em diversas áreas de tomada de decisão.

Para alcançar esse propósito, no ano de 2021, o TRE-PI desenvolveu o Plano de Ação **“Promoção de políticas de gênero no âmbito do TRE-PI – Igualdade e equidade entre homens e mulheres”**, objetivando a implementação de várias ações com vista ao atendimento do ODS 5 *“alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”*, com as seguintes ações:

1. Criação da Cartilha **#MULHER EM AÇÃO** sobre a importância da participação da mulher na política/judiciário/executivo;



[Cartilha #MULHER EM AÇÃO](#)



Comitê Gestor de  
Política de Gêneros

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

### 2. Promoção da participação de pessoas do gênero feminino (inclusive servidoras) como expositoras em eventos institucionais:

- ✓ Realização do "*Webinário: Voto Feminino*", tendo como expositoras a Dra. Silvani Maia Resende Santana, Coordenadora do Comitê de Políticas de Gênero do TRE-PI e Valéria Paes Landim, Presidente do Observatório Nacional de Candidaturas Femininas, evento mediado por Zenaide Lustosa;
- ✓ Lançamento da Cartilha "*Mais Mulheres no Política*", da CEPM/PI, tendo como expositoras a Juíza Eleitoral Lucicleide Pereira Belo e a servidora do TRE-PI, Dra. Silvani Maia Resende Santana, Coordenadora do Comitê de Políticas de Gênero TRE-PI;
- ✓ Realização da palestra "*Processo Eleitoral 2020: Candidaturas Femininas*", tendo como expositoras a Dra. Silvani Maia Resende Santana, Coordenadora do Comitê de Políticas de Gênero do TRE-PI e Lidiane César, Diretora de Articulação Interinstitucionais e Ações Temática da CEPM.



### 3. Normatização no âmbito interno sobre a obrigatoriedade de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar pelas empresas prestadoras de serviços continuados nos contratos firmados pelo TRE-PI:

- ✓ **Portaria Presidência TRE-PI nº 322, de 26/05/2021:** institui o **Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar**, onde se prevê que os contratos de serviços continuados reservarão 20% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar (art. 1º, §1º);

#### ✓ Cumprimento da Portaria nas contratações de:

- 1) Prestação de serviços continuados de secretariado – Termo de Referência nº 35/2021;
- 2) Prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para a Capital - Termo de Referência nº 42/2021;
- 3) Prestação de serviços continuados de agentes de portaria para os prédios do TRE-PI - Termo

**Serviços continuados de secretariado**  
22%  
09 vagas com 02 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021

**Serviços continuados de limpeza, conservação e higienização para a Capital**  
20%  
25 vagas com 05 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021

**Serviços continuados de agentes de portaria para os prédios do TRE-PI**  
20%  
10 vagas para a capital com 02 vagas destinadas ao atendimento da Portaria TRE-PI nº 322/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí  
Rua 13 de Maio, 100 - Centro - Teresina - PI - CEP: 64000-000

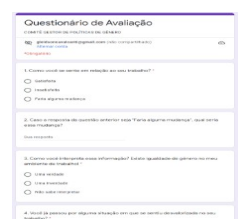
1) PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí  
Rua 13 de Maio, 100 - Centro - Teresina - PI - CEP: 64000-000  
2) PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí  
Rua 13 de Maio, 100 - Centro - Teresina - PI - CEP: 64000-000  
3) PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí  
Rua 13 de Maio, 100 - Centro - Teresina - PI - CEP: 64000-000



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

de Referência nº 43/2021.

4. Propor como meta do Tribunal a garantia de paridade de ocupação de cargos/posições de poder e decisão no Quadro de pessoal do órgão, prática observada conforme estatística de ocupação de cargos do TRE-PI, disponibilizada na intranet do Tribunal:
  - ✓ Proposta levada à discussão em reunião do CGPG, conforme Ata nº 1/2021 (evento SEI nº 1263910), por ocasião da Revisão da Estratégia do Tribunal 2021-2026.
5. Celebração de parceria com o Núcleo de Estudos e Políticos Eleitorais da Universidade Federal do Piauí (NEPE-UFPI), objetivando a realização do projeto de Extensão Educação Política, Cidadania e Sistema Político Brasileiro, por meio da realização de palestras, minicursos mensais, na última sexta-feira de cada mês:
  - ✓ Efetivada por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2021 (Processo Sei nº 005551-75.2021).
6. Promoção de eventos/palestras com discussão sobre os temas: A importância da participação feminina na política/executivo e judiciário/A desigualdade de Gênero com o agravamento de outros eixos de desigualdade, como aqueles relacionados à raça/cor:
  - ✓ Realização de pesquisa diagnóstica por meio da aplicação de Questionário de Avaliação sobre como as mulheres servidoras se sentem no ambiente de trabalho;  
[Questionário de Avaliação](#)
  - ✓ Realização de "Webinário: Teletrabalho e Riscos Psicossociais", tendo como temas "Os impactos psicossociais da pandemia COVID-19", "Os Conceitos Científicos e Legislativos do Teletrabalho", "A Análise das Diferenças Sociais, Éticas, de Gênero e Raciais para a realização do Teletrabalho", "Os Riscos Psicossociais e Ergonômicos relacionados ao teletrabalho e os Impactos na Saúde Mental" e "As Pesquisas preliminares sobre o Teletrabalho no Judiciário".  
[Webinário: Teletrabalho e Riscos Psicossociais](#)



Questionário de Avaliação

Como você se sente no ambiente de trabalho?

1. Como você se sente no ambiente de trabalho em geral?

☐ Muito bem

☐ Bem

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Muito ruim

2. Como você se sente em relação ao seu trabalho?

☐ Muito bem

☐ Bem

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Muito ruim

3. Como você se sente em relação ao seu trabalho em geral?

☐ Muito bem

☐ Bem

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Muito ruim

4. Como você se sente em relação ao seu trabalho em geral?

☐ Muito bem

☐ Bem

☐ Regular

☐ Ruim

☐ Muito ruim





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

7. Criação de espaço “TRE-PI Mulheres” na página do TRE-PI identificado por **#MULHER EM AÇÃO**, disponível na intranet e internet através do link <https://servicos.tre-pi.jus.br/mulheremacao/>.

### 8. CONCLUSÕES:

Para além do que se apresenta neste relatório em termos numéricos, merece destaque o importante papel do **Comitê Gestor de Política de Gênero-CGPG** como um dos braços da ampla Política Nacional traçada pelo CNJ, por meio de diversos normativos, dentre os quais a Res. 255/2018 e 254/2018, as quais cuidam, respectivamente, da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário e a outra conclama a um entrelaçamento entre os diversos órgãos públicos para enfrentamento à grave crise da violência doméstica contra a mulher, ao instituir a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à Violência contra a Mulher pelo Poder Judiciário.

A atuação do **CGPG** é também uma forma de promover ações que venham a reduzir as barreiras de gênero, que se reforçam mutuamente, que negam a muitas mulheres as oportunidades e o empoderamento necessário para realizarem o potencial de suas vidas.

Nesse sentido, é que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por meio da Portaria nº 322/2021, torna concreta a reivindicação do **CGPG**, com vistas à adoção de medidas de natureza efetiva no sentido de realizar algo de substancial que contribuísse para o empoderamento da mulher vítima de violência doméstica e em condição de vulnerabilidade econômica.

Com esse importante ato da Presidência do TRE-PI, previamente aprovado pelo Comitê Gestor da Estratégia do Tribunal-CONGEST, foram reservadas vagas nas contratações de prestação de serviços de natureza continuada, no percentual de 20% das vagas oferecidas, ou reserva de, pelo menos 01(uma) vaga, nas contratações com número de vagas de trabalho inferior a 05(cinco).

Vencida essa etapa relativa à instituição do Programa de Assistência às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e em Condição de Vulnerabilidade Econômica, no âmbito do TRE-PI, muitas medidas precisaram ser implementadas:

- i. adequação dos Termos de Referência nas contratações de serviços de natureza continuada;



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

- ii. celebração de parceria com a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Piauí;
- iii. obtenção de currículos de candidatas que atendessem aos objetivos do programa;
- iv. orientações às empresas terceirizadas sobre a importância do programa;
- v. articulação com órgãos integrantes da política local de apoio e combate à violência doméstica.

Com o auxílio da Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Piauí, - criada com base na Res. CNJ nº 254/218, a qual desenvolve trabalho articulado com outras instituições que compõem a Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica, na cidade de Teresina-PI, - foi possível obter currículos em número suficiente para que as primeiras empresas terceirizadas com contratos celebrados com o TRE-PI, após a instituição do programa, pudessem promover a seleção das candidatas às 08(oito) vagas inicialmente ofertadas pelo programa.

Contribuíram, nesse esforço de articulação desencadeado pelo **Comitê Gestor de Políticas de Gênero do TRE-PI** em conjunto com a **Coordenadoria da Mulher do TJ-PI**, para a obtenção dos currículos, a “Casa Abrigo para Mulher Vítima de violência Doméstica e Familiar” e o “Centro de Referência para Mulheres Esperança Garcia”.

Vale destacar que o trabalho do **Comitê Gestor de Políticas de Gênero-CGPG** tem o importante papel de despertar pessoas e instituições a compreenderem que, para assegurar o desenvolvimento humano a todos, não basta identificar a natureza e as razões da privação dos excluídos, mas sobretudo agir de forma concreta para reduzir essas privações.

Não foi por acaso que o **Poder Judiciário Brasileiro** lançou-se na vanguarda como o **primeiro no mundo a implantar a institucionalização da AGENDA 2030** com o fim de promover, inicialmente, a indexação de sua base de dados, à época, com mais de 80 milhões de processos, a cada um dos 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, traçando, a partir desse diagnóstico, as diversas políticas em âmbito nacional e estabelecendo as respectivas metas.

Importante ressaltar que a perspectiva do Desenvolvimento Humano diz respeito às liberdades humanas: liberdade para realizar todo o potencial de cada vida humana, não



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

apenas de alguns nem da maioria, mas de todas as vidas em todas as partes do mundo – agora e no futuro.

É dentro da perspectiva desse UNIVERSALISMO que se confere à abordagem do DESENVOLVIMENTO HUMANO a sua singularidade. É preciso, pois, traduzir, na prática, o princípio do universalismo.

Assim, não foi por acaso, mas por opção, que os líderes mundiais se comprometeram em 2015 com uma aposta no DESENVOLVIMENTO que não exclui ninguém – uma premissa central da AGENDA 2030.

Com essas informações, espera-se haver contribuído, minimamente, no primeiro ano de atividades do **Comitê Gestor de Políticas de Gênero do TRE-PI**, senão com poucos dados resultantes de ações concretas, mas acima de tudo com o despertar da consciência sobre o papel que representa na realização das Políticas Nacionais traçadas pelo CNJ para atendimento às metas da AGENDA 2030 das Nações Unidas.

**CGPG, em Teresina(PI), 16 de novembro de 2021.**

**SILVANI MAIA RESENDE SANTANA**  
**Coordenadora do Comitê Gestor Política de Gênero-TRE-PI**





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

### PLANO DE AÇÃO DO TRE-PI PARA A AGENDA 2030

#### META 9 DO PODER JUDICIÁRIO - INTEGRAR A AGENDA 2030 AO PODER JUDICIÁRIO

Promoção de políticas de gênero no  
âmbito do TRE-PI - Igualdade e  
equidade entre homens e mulheres

#### OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



#### WHERE ONDE SERÁ FEITO

- Plataformas virtuais, sites e redes sociais do TRE-PI.

#### HOW MUCH QUANTO VAI CUSTAR

- Sem custos financeiros.

#### WHO POR QUEM SERÁ FEITO

- Presidência/Diretoria Geral;
- Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAOF;
- Secretaria de Tecnologia e Informação - STI;
- Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - ASPLAN;
- Comitê Gestor de Políticas de Gênero;
- Escola Judiciária Eleitoral - EJE.

#### WHAT O QUE SERÁ FEITO

1. Criação de material educativo sobre a importância da participação da mulher na(o) política/judiciário/executivo;
2. Promoção da participação de pessoas do gênero feminino (inclusive servidoras) como expositoras em eventos institucionais;
3. Normatização do âmbito interno sobre a obrigatoriedade de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar pelas empresas prestadoras de serviços continuados nos contratos firmados pelo TRE-PI;
4. Proposição, como meta do Tribunal, da garantia de paridade de ocupação de cargos/posições de poder e decisão no Quadro de pessoal do órgão;
5. Celebração de parceria com o Núcleo de Estudos e Políticos Eleitorais da Universidade Federal do Piauí (NEPE-UFPI), objetivando a realização do projeto de Extensão Educação Política, Cidadania e Sistema Político Brasileiro, por meio da realização de palestras, minicursos mensais, na última sexta-feira de cada mês;
6. Promoção de eventos/palestras com discussão sobre os temas: A importância da participação feminina na política/executivo e judiciário/A desigualdade de Gênero com o agravamento de outros eixos de desigualdade, como aqueles relacionados à raça/cor;
7. Criação de espaço "TRE-PI Mulheres" na página do Tribunal.

#### WHEN QUANDO SERÁ FEITO

- Criação de material educativo sobre a importância da participação da mulher na política: até junho de 2021;
- Promoção da participação de pessoas do gênero feminino como expositoras em eventos institucionais: até dezembro de 2021;
- Normatização, no âmbito interno, sobre a obrigatoriedade de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar pelas empresas prestadoras de serviços continuados nos contratos firmados pelo TRE-PI: até junho de 2021;
- Proposição, como meta do Tribunal, da garantia de paridade de ocupação de cargos/posições de poder e decisão no Quadro de pessoal do órgão: até julho de 2021;
- Promoção de eventos/palestras: até dezembro de 2021;
- Celebração de parceria para a realização de palestras mensais na última sexta-feira de cada mês: até dezembro de 2021;
- Criação de espaço "TRE-PI Mulheres" na página do Tribunal: até abril de 2021.

#### WHY POR QUE SERÁ FEITO

- Desenvolver ações afirmativas voltadas a garantir a valorização do gênero feminino, tanto no âmbito da sociedade como no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí, contribuindo para a participação efetiva nos ambientes/espços social/econômico/político, fortalecendo valores e princípios de equidade de gênero;
- Proporcionar o equilíbrio de oportunidades entre servidoras e servidores nas unidades do TRE-PI, de modo a viabilizar a participação do gênero feminino nos cargos de chefia e assessoramento.

#### HOW COMO SERÁ FEITO

- Criação de cartilha digital e/ou impressa sobre a importância da participação da mulher na(o) política/judiciário/executivo;
- Realização de webinar sobre o voto feminino;
- Realização de palestra sobre as candidaturas femininas no processo eleitoral 2020;
- Criação de portaria para instituir a reserva de um percentual mínimo de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar nos contratos de serviços continuados do TRE-PI;
- Proposição, como meta do Tribunal, da garantia de paridade de ocupação de cargos/posições de poder e decisão no Quadro de pessoal do órgão;
- Criação de Acordo de Cooperação Técnica entre o TRE-PI e a UFPI objetivando a realização do projeto de Extensão Educação Política, Cidadania e Sistema Político Brasileiro, por meio da realização de palestras, minicursos mensais, na última sexta-feira de cada mês;
- Realização de pesquisa diagnóstica sobre como as mulheres servidoras se sentem no ambiente de trabalho;
- Realização de webinar sobre teletrabalho e riscos psicossociais;
- Criação de espaço "TRE-PI Mulheres" na página do Tribunal.

#### STATUS

- Todas as ações foram cumpridas.